

A certificação florestal do eucalipto na responsabilidade social: Um estudo de caso no Sudoeste Paulista

The eucalyptus forest certification on social responsibility: A case study in the São Paulo Southwest

Rafael Navas Silva¹, Marli Reis Nascimento²

RESUMO - No Brasil, a certificação florestal resultou no aperfeiçoamento do manejo das florestas plantadas, com benefícios sociais, econômicos e ambientais, tendo como principal certificadora o FSC - Forest Stewardship Council. Este trabalho visa evidenciar, através do pilar responsabilidade social e em atendimento aos princípios da FSC, o resultado de um projeto de cunho social de parceria entre comunidade e empresa de base florestal inserida no Município de Capão Bonito/SP/Brasil, a qual gerou ao longo do tempo, como produto não-madeireiro, o mel com certificação orgânica. Foram realizadas entrevistas com a Associação de Apicultores de Capão Bonito a fim de obter uma avaliação do estado atual do projeto e com as instituições envolvidas na execução do mesmo. Atualmente, Capão Bonito tornou-se um dos maiores produtores de mel de eucalipto do Estado de São Paulo e por meio da certificação orgânica o produto apícola está sendo exportado, principalmente para o mercado norte-americano.

Palavras-chave: produto florestal, projetos sociais, certificação orgânica, mel orgânico.

ABSTRACT - In Brazil, forest certification turned out to management improvement of planted forests, with social, economic and environment benefits, in fact, multiplying, it has the main certifier the FSC (Forest Stewardship Council). This work angles for making clear, through the pillar of social responsibility and in attendance the five principles of FSC (Forest Benefits), the result of a social coin project in association between community and company of forest base embedded in Capão Bonito city – SP, which created during a long time, how non-wood product, the organic honey. It has realized interviews with the Association of Capão Bonito's Apiculturist (AAPICAB) in order to get a evaluation of the actual state of the Hive Project (Projeto Colmeias) and with involved institutions during the time of the project execution. Nowadays, Capão Bonito became one of greatest producer eucalyptus honey of the Sao Paulo state and by means of organic certification the apiarist product is apt to be exported, mainly to North American market.

Keywords: forest product, social project, organic certification, organic honey.

INTRODUÇÃO

A introdução e expansão dos maciços florestais vêm sendo acompanhadas de significativas transformações na estrutura social e econômica dos municípios na área de influência, sendo que os maiores impactos se refletem, principalmente, nas comunidades rurais situadas nos pequenos povoados e seu entorno. Logo, toda empresa deve incorporar as questões socioambientais à sua gestão e cultura.

O tema responsabilidade social está em voga e em franco desenvolvimento mundialmente e também no Brasil, quer no âmbito acadêmico quer no profissional, empresarial ou governamental, sendo que seu entendimento está alicerçado em atitudes e ações que

visam melhorar a qualidade de vida. Dada a grande importância do tema, a própria Organização das Nações Unidas tem debatido a questão, em seminários internacionais.

No contexto mundial, o movimento da responsabilidade social existe desde os anos 1960, mas no Brasil, surgiu nos anos 1980. Sua disseminação é lenta e carrega uma tradição histórica de filantropia assistencialista, portanto, trata-se de uma discussão em curso e com produção reduzida (BORSATO et al., 2010).

Para o setor florestal brasileiro, a temática socioambiental é de especial relevância. Segundo Oliveira (2003), apesar do consenso no campo florestal quanto aos benefícios sociais e econômicos que o setor tem proporcionado, ocorrem também impactos ambientais e sociais negativos. De acordo com Gomes (2006), o

Recebido para publicação em 30/09/2013; aprovado em 25/10/2013

¹ Graduado em Engenharia agrônoma, com Mestrado em Ecologia Aplicada, cursando Doutorado no mesmo curso, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - ESALQ/USP. E-mail: rafaelnavas@usp.br.

² Graduada em Tecnologia em Silvicultura pela FATEC Capão Bonito. E-mail: marlicrn@hotmail.com.

modelo econômico adotado pelo setor florestal tem sido alvo de críticas de grupos sociais organizados, movimentos sociais e de instituições públicas, que percebem nele fonte causadora de exclusão econômica e social e de inúmeros conflitos sociopolíticos.

A responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviços, fornecedores, consumidores, comunidade, governos) e conseguir incorporá-los nos planejamentos de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários (REIS, 2007).

De acordo com Oliveira (2003), a cultura da responsabilidade social está cada vez mais presente nas entidades, sendo que muitas avançaram em suas práticas, aprimorando o relacionamento com os funcionários, adotando estratégias de redução do impacto no meio ambiente e investindo no desenvolvimento das comunidades em que atuam. Surge com as novas demandas de mercado e maior pressão por transparência nos negócios. Neste contexto a certificação florestal corrobora a necessidade da empresa em adotar programas de responsabilidade social que atendam suas necessidades de mercado ao mesmo tempo em que está exercendo seu papel social. A proposta de sistemas de certificação é o resultado de uma sociedade inquieta e organizada, na busca pela sustentabilidade.

A certificação florestal surgiu no início da década de 1990 como uma alternativa para as campanhas que incentivavam o consumo de produtos florestais produzidos sob um manejo adequado. É um processo em que uma organização independente realiza uma avaliação dos cumprimentos por um empreendimento individual, de questões ambientais, econômicas e sociais que fazem parte dos princípios e critérios definidos por cada certificadora, contemplando aspectos econômicos, ambientais e sociais, aplicáveis mundialmente em qualquer tipo de floresta, nativas ou plantadas (NARDELLI, 2001). Para Silva (2003) a certificação florestal surge como um mecanismo a ser adotado pelas empresas, promovendo a utilização ambientalmente correta e socialmente benéfica dos recursos florestais.

Os sistemas de certificação são atestados por selos emitidos pelas certificadoras e periodicamente controlados, através de auditorias. Esses sistemas garantem padrões mínimos de desempenho entre os certificadores. A fim de evitar uma proliferação de selos

no mercado que confundam o consumidor, foi criado em 1993 o primeiro organismo credenciador de certificadores, o *Forest Stewardship Council* (FSC), que logo ganhou uma visibilidade mundial.

SILVA (2006) conclui que do ponto de vista social, dois aspectos são fortemente avaliados na certificação florestal FSC, sendo a conduta da empresa com os trabalhadores e a relação da empresa com as comunidades envolvidas, incluindo as do entorno. Com as comunidades, a empresa deve minimizar os impactos negativos da sua atividade produtiva; deve ser uma geradora de emprego e renda para a região; ser proativa em iniciativas de responsabilidade social, que tragam benefícios para as comunidades.

A partir de 1999 começaram a surgir novos credenciadores, porém com um alcance menos abrangente. Atualmente existem diversos sistemas de certificação florestal, dentre os quais se destacam o *Canadian Standard Association* (CSA), *Programme for the Endorsement of Forest Certification schemes* (PEFC) e o *Forest Stewardship Council* (FSC). Os sistemas de certificação de maior relevância no Brasil são o FSC e o CERFLOR (Programa Brasileiro de Certificação Florestal).

O FSC é uma organização independente, não governamental, sem fins lucrativos, com o intuito de contribuir para a promoção do manejo florestal responsável ao redor do mundo (FSC, 2011).

Para atingir este objetivo, o FSC criou um conjunto de regras reconhecidas internacionalmente, chamadas Princípios e Critérios, que conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica, e são os mesmos para o mundo inteiro (FSC, 2011).

Para obter a certificação, a empresa deve atender ao princípio de “Benefícios da Floresta”, que dispõe que o manejo florestal deve incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos da floresta, para assegurar a viabilidade econômica e também deve fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência a um único produto florestal.

Nesse contexto, com a necessidade de uma empresa de base florestal em obter a certificação FSC na região de Capão Bonito/SP/Brasil foi desenvolvido um projeto de produção de mel de eucalipto, com certificação orgânica.

O município de Capão Bonito esta localizado na região Sudoeste Paulista, sendo a segunda maior região do Estado em importância para a apicultura, tendo totalizado

no ano de 2012 o valor de produção de R\$ 3.052.000,00 com 17.135 colméias.

O número de apicultores tem aumentado expressivamente nessa região nos últimos anos devido às matas nativas preservadas, pelo cultivo do eucalipto em larga escala e campos próximos de citricultura (FACHINI et al., 2008).

Produtores de mel de Capão Bonito, pertencentes à Associação de Apicultores de Capão Bonito (AAPICAB) possuem diferentes escalas de produção, tendo-se desde os que têm a apicultura como principal fonte de renda até agricultores familiares, onde a produção de mel é mais uma alternativa de renda. Tais características se traduzem em sistemas de produção com diferentes níveis tecnológicos e, portanto, custos de produção também diferenciados (FACHINI et al., 2008).

Desta maneira, o objetivo do presente trabalho foi avaliar um projeto de responsabilidade social desenvolvido no município de Capão Bonito/SP.

METODOLOGIA

Para a pesquisa foram realizadas entrevistas parcialmente estruturadas e não estruturadas (VIERTLER, 1988) com a Associação dos Apicultores de Capão Bonito e com as entidades envolvidas na realização do projeto no município de Capão Bonito (24°00'S, 48°22'W), região Sudoeste do Estado de São Paulo.

O município tem como principais atividades, a agricultura, desde propriedades familiares à grandes produtores, destacando-se o cultivo de grãos, horticultura, fruticultura, pecuária e produção de eucalipto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo as entrevistas realizadas, quando a empresa florestal precisou certificar o plantio de eucalipto, uma das exigências era o uso múltiplo da floresta. Para isto foi realizado um levantamento das atividades exercidas pelos produtores e pessoas da cidade. A apicultura foi a única que se adequou as exigências da empresa.

A comunidade do Bairro dos Moreiras do município de Capão Bonito tinha a pretensão de trabalhar com a apicultura, mas as áreas com plantações de eucalipto pertenciam à unidade florestal, a qual não havia até o momento cogitado uma parceria deste caráter. Também já existia alguns produtores de mel no município. Para a maioria dos agricultores, a apicultura nunca foi a atividade principal de geração de renda, só ocorrendo para

os grandes apicultores. Todos estes produzem nas propriedades e ou são trabalhadores assalariados e aposentados.

Assim, no ano de 2005 teve início o Projeto Colmeias, uma parceria da AAPICAB com a unidade florestal, com participação de 11 apicultores. Os mesmos praticavam a atividade constante, mas apresentavam manejo simples e baixa produção. No primeiro ano do projeto a produção foi de 8 quilos por caixa, totalizando a produção de 7.800 kg de mel/ano.

O projeto foi iniciado com os produtores do Bairro dos Moreiras, devido ao fato de já existir uma associação formalizada e praticarem a apicultura. O primeiro passo foi o levantamento dos materiais, com a maioria dos apicultores trabalhando com caixas sem padrão, o que dificultava a extração do mel.

Foi necessário acordar com a empresa, a participação de pelo menos três grandes apicultores, que por sinal já usavam o pasto apícola da mesma, sem autorização. Estes grandes tiveram direito a participação no projeto, desde que atuassem como incubadores dos pequenos agricultores, auxiliando nas ações de doação de caixas padronizadas, transporte para os apiários dos pequenos apicultores e contribuição para a associação.

Cada apicultor repassava 10% da produção para a associação, sendo a cota dos grandes apicultores de 15%, pois seus apiários tinham mais caixas. Com a comercialização do mel a associação adquiriu mais caixas que foram distribuídas para os pequenos.

Paralelamente, a prefeitura do município havia adquirido equipamentos para a instalação de uma casa do mel, mas não havia seu uso, já que não havia interesse por parte dos produtores. Assim, foi solicitada a concessão de uso destes equipamentos, com a doação de um terreno para a construção de uma casa do mel, atendendo desta maneira as exigências da vigilância sanitária. A mesma foi construída em regime de mutirão pelos apicultores. Os equipamentos foram instalados e passaram a processar o mel no próprio bairro. Foram formalizadas parcerias com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, para realização de cursos e visitas técnicas e com a Prefeitura, com os equipamentos.

Ao longo deste período, o número de participantes aumentou para 24 com a participação de apicultores de outros bairros e da cidade. Foram gerados critérios de participação, cota de contribuição e procedimentos administrativos. Após estas etapas e com estes incentivos e organização, a produção em Capão Bonito foi de 46.580 quilos de mel, com média de 20 a 25 kg por caixa, no ano de 2008.

Paralelamente, fundou-se a AAPICAB em 2005 com o objetivo de fomentar atividades apícolas no município e proporcionar a organização dos apicultores. Desde sua criação e atualmente com um quadro composto por 43 associados a AAPICAB vem desenvolvendo atividades de relevância para o desenvolvimento econômico e social no município.

Foram realizadas capacitações em processamento do mel, espécies melíferas, captura e nutrição de enxames, produção de cera alveolada, visitas técnicas a locais de referência na apicultura.

Confirmando a sustentabilidade do projeto, no início de 2012 a AAPICAB obteve a certificação orgânica da produção do mel de eucalipto, produzido dentro de áreas florestais da unidade florestal, nos municípios de Capão Bonito, Itapeva e Itapetininga, através do Projeto Colmeias. Neste ano Capão Bonito produziu cerca de 145.000 quilos de mel/ano que atualmente levam o selo IBD (Instituto Biodinâmica), garantindo a procedência e qualidade orgânica, fruto do manejo realizado pelos apicultores e da certificação das florestas de eucalipto que agrega valor ao produto.

Para receber a certificação que garante a legitimidade do produto como orgânico, o apicultor deve atender a uma série de exigências. Todo o apiário é auditado, desde o local onde as abelhas coletam o pólen, podendo ser uma vegetação nativa ou uma cultura implantada, como no caso do eucalipto, até o processamento, envase e armazenamento do produto. A partir de então, o produtor pode comercializar o mel ou outros produtos, como a geleia real, cera, pólen, própolis, com o selo de orgânico.

Atualmente, Capão Bonito é um dos maiores produtores de mel de eucalipto do Estado de São Paulo e por meio da certificação orgânica o produto apícola está apto para ser exportado, principalmente ao mercado norte-americano. Segundo a AAPICAB, a facilidade da produção do mel no município resulta da própria certificação da floresta e dos pontos dos apiários, os quais estão localizados a mais de 3 km de distância de culturas como soja, milho, feijão. Esta distância é uma das exigências da IBD certificações para que o mel não seja contaminado por culturas convencionais.

As caixas do apiário podem ser de qualquer modelo, desde que sejam confeccionadas com madeira não tratada quimicamente e de que sejam pintadas somente as partes externas.

A alimentação das colmeias deve ser preferencialmente oriunda da florada do campo apícola, e caso haja necessidade de alimentação artificial, esta

deverá ser através de açúcar mascavo, açúcar cristal orgânico, 10% de mel próprio ou silvestre e água em até 15 dias antes da florada.

Todos os apicultores utilizam equipamentos de proteção individual adequados e para a retirada das colmeias das caixas a única forma permitida é através da fumaça produzida pelo fumigador e a madeira utilizada deve ser obrigatoriamente natural.

O processamento, envase e distribuição do mel ocorrem no entreposto. Seu destino esta sendo para exportação e para os programas do governo federal, como Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Na prática, a responsabilidade social das empresas refere-se à adoção de um modelo de gestão de negócios no qual elas, estando conscientes de seu compromisso social de co-responsabilidade no desenvolvimento social e humano, ouvem, preservam e respeitam os interesses das diferentes partes, seus *stakeholders*, incorporando diferentes necessidades ao planejamento de seu negócio e operacionalizando-as por meio de suas decisões e atividades. Não restam dúvidas de que se trata de uma mudança significativa, pois, há poucas décadas, havia a idéia de que as empresas privadas deveriam prestar contas somente a seus acionistas e produzir lucros (REIS, 2007).

De acordo com Reis (2007) embora com diferenças regionais na forma de realização da ação social para as comunidades, a doação de recursos é normalmente a mais utilizada em, aproximadamente, metade das empresas de todas as regiões do Brasil, e nas regiões Sul e Sudeste, tal doação direciona-se a organizações que executam projetos sociais. Para Reis (2007) de modo geral, o que motiva a ação social das empresas é o caráter humanitário dos empresários brasileiros, que, realizam doações financeiras principalmente para ações assistenciais e de alimentação. Essa forma compromete a sua avaliação, o seu aperfeiçoamento e a sua continuidade, tendo como resultado a negação da transformação social necessária. Diferentemente deste estudo de caso, o projeto de responsabilidade social da empresa na região de Capão Bonito buscou otimizar uma atividade potencial na região, com participação e envolvimento dos agricultores, em parceria com diversas instituições, incluindo publicas, na busca pela sustentabilidade do projeto e a organização dos mesmos, através da Associação. Para Reis (2007) a questão de as empresas complementarem a ação do governo pode ser uma forma de enfrentamento dos problemas sociais do país e precisa ser articulado entre os diferentes agentes econômicos — o Primeiro, o Segundo e

o Terceiro Setor, cada qual assumindo a sua responsabilidade social como valor maior da sociedade.

CONCLUSÕES

A apicultura é uma atividade que não promove impacto ambiental, favorece a diversificação de produtos naturais comercializáveis com valor agregado e gera renda tanto para pequenos quanto para grandes apicultores.

O fato da floresta já ser certificada contribuiu para a obtenção da certificação orgânica do mel, pois há normas que são comuns às duas certificações.

No quesito sustentabilidade, no que tange a área social, é de extrema importância identificar a potencialidade e estruturação do projeto, a organização da comunidade e buscar envolvimento entre diferentes setores, sendo a comunidade, a empresa e o setor público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORSATO, R., KAUCHAKJE, S., ROCHADELLI, R. Rede de responsabilidade socioambiental: uma metodologia para análise no setor de celulose e papel. *Árvore*, Viçosa-MG, v.34, n.2, p.355-365, 2010.

FACHINI, C; FIRETTI, R.; OLIVEIRA, E. C.; CARVALHO FILHO, A. A. Caracterização do perfil da apicultura em Capão Bonito e adjacências. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, Rio Branco – Acre, Resumos...Rio Branco: SBEAS, 2008, p.165.

FOREST STEWARDSHIP COUNCIL - FSC Brasil. Conselho de manejo florestal. <http://www.fsc.org.br>. 09 Set 2011.

GOMES, A. N.; SOUZA, A. L.; COELHO, F. M. G. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. *Árvore*, Viçosa-MG, v.30, n.6, p.951-960, 2006.

NARDELLI, A. M. B. Sistemas de certificação e visão de sustentabilidade no setor florestal brasileiro. Viçosa: UFV, 2001, 136p. Tese Doutorado.

OLIVEIRA, P. R. S. Diagnóstico e indicadores de sustentabilidade em fomento florestal no estado do Espírito Santo. Viçosa: UFV, 2003, 127p. Dissertação Mestrado.

REIS, C. N. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado? *Economia contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.279-305, 2007.

SILVA, A. C. N. Benefícios Sociais da Certificação Florestal. *Opiniões*, Ribeirão Preto, Set-Nov, p.05-20, 2006.

SILVA, Z. A. G. P. G. Análise econômica da concentração no uso de madeira tropical pelo setor de marcenarias de Rio Branco, Estado do Acre, 1996. *Scientia Forestalis*, n. 64, p. 48-58, 2003.

VIERTLER, R.B. *Ecologia cultural: uma antropologia da mudança*. São Paulo: Ática, 1988. 61p. (Série Princípios).